

A Questão do Ensaísmo na Historiografia Brasileira

Claudinei Magno Magre Mendes (UNESP/Assis)

Resumo: Neste texto analisamos a questão do caráter ensaístico da historiografia brasileira. Esta característica marcou a produção historiográfica brasileira entre, basicamente, a década de 20 e a década de 60 do século XX. O principal motivo de tratarmos esta questão é o surgimento do que denominamos de Escola do Rio, uma nova tendência historiográfica relativa à colonização que critica, entre outros aspectos, o caráter ensaístico da historiografia brasileira. Essa nova tendência caracteriza-se, basicamente, pelo uso de dois conceitos, *Império português* e *Antigo Regime*, e pelo fato de elaborar uma história baseada em uma farta documentação, recolhida em pesquisas feitas em arquivos no Brasil e no exterior. O conceito de Império português refere-se ao novo contexto no qual se examina a história colonial. Pretende-se, com ele, romper com a proposta de analisar a época colonial por meio da relação metrópole-colônia e com a de, sem desconsiderar essa relação, dar ênfase ao estudo das estruturas internas das colônias. O conceito de Antigo Regime, por seu turno, tem por objetivo indicar que as relações não são diretamente econômicas, mas “atravessadas” pela política. Além disso, nos textos desses novos historiadores há uma insistência em afirmar que suas interpretações encontram-se respaldadas em uma longa e minuciosa investigação arquivística documental. Por se tratar de pesquisas fundadas em uma farta documentação, ela não possuiria um caráter generalizante, contrapondo-se, portanto, à tradição ensaística. Considerando que a crítica expressa o modo como se rompe com a historiografia vigente, resolvemos examinar a crítica feita pela Escola do Rio para compreender sua extensão. O pressuposto de nossa análise é de que, para se promover a superação de determinada historiografia, é necessário compreendê-la em sua historicidade, ou seja, compreender as motivações que levaram um grupo de historiadores a examinar a história de um modo específico. Evidentemente, a crítica constitui um momento desta superação, mas, para uma superação radical, é necessário ter a compreensão histórica da historiografia criticada e não apontar seus supostos equívocos, deficiências e falhas. Estes supostos equívocos, deficiências e falhas devem ser vistos como forma de ser de uma dada historiografia. Não podem, portanto, ser considerados defeitos da historiografia sob pena de não se ir, realmente, às raízes da questão. Não se pode, também, exigir que a historiografia tenha sempre caráter ensaístico, lamentando-se mesmo que a historiografia mais recente o tenha perdido. Como procuramos chamar a atenção, este caráter explica-se historicamente. Passada a época em que esse caráter era uma exigência de natureza política, ele perde sua razão de ser.

Palavras-Chave: Historiografia Brasileira; Ensaio; Colonização; Escola do Rio.

Introdução

A questão do ensaísmo na historiografia brasileira, especialmente a produzida entre os primórdios do século XX até, mais ou menos, a década de 60, constitui um tema importante não apenas para se compreender historicamente esta produção historiográfica como também para superá-la. Assinale-se que o caráter ensaístico é mais visível nos textos historiográficos da primeira metade do século XX, embora muitas de suas características tenham se mantido nos da segunda metade desse século.

Este artigo é escrito a propósito da crítica que os historiadores da Escola do Rio fazem à historiografia vigente, entendendo que aquilo que chamam de caráter ensaístico constitui, se não uma deficiência, ao menos uma limitação dessa produção. Seu objetivo é analisar o caráter ensaístico desses textos e o conteúdo da crítica feita pela nova historiografia, o que se torna um caminho para se compreender as novas propostas historiográficas. Com efeito, o modo como se verifica a ruptura com a historiografia vigente e, portanto, a crítica que lhe é feita, diz respeito – e muito – ao próprio modo como os novos historiadores se pensam e como eles concebem a história.

Por Escola do Rio, na falta de outro nome, denominamos os historiadores que, desde a década de 70, com base na crítica realizada por Ciro Cardoso a Caio Prado e Fernando Novais, vêm caracterizando uma nova tendência no interior da historiografia brasileira relativa à colonização.¹ De fato, após as observações feitas por Cardoso nas décadas de 70 e 80 aos dois historiadores, principalmente, apareceram, no decênio seguinte, seus primeiros frutos: os livros de João Fragoso (1998) e Manolo Florentino (1997), inicialmente teses de doutorado orientadas pelo próprio Cardoso.² Ainda nos anos 90 e principalmente na década seguinte, foram publicados diversos livros, geralmente obras coletivas, nas quais se procurou colocar em prática as novas propostas teóricas e metodológicas para o estudo da época colonial.

É verdade que, entre as primeiras críticas e propostas de Cardoso para a análise da colonização e até mesmo os primeiros livros de Fragoso e Florentino e a nova produção historiográfica, há diferenças significativas, nem sempre explicitadas. A distinção mais importante refere-se ao campo em que as análises são feitas. Cardoso, para se contrapor àquilo que denominou de excessiva ênfase no comércio externo, propôs que fossem estudadas as estruturas internas das colônias, únicas capazes de explicar suas distintas trajetórias. Atualmente, a nova tendência ampliou o campo de estudo, valendo-se de dois conceitos que a caracterizam em particular: *Império português* e *Antigo Regime*. Uma breve menção ao fato de a nova tendência historiográfica procurar superar Caio Prado e Cardoso encontra-se na introdução ao livro *Na trama das redes*. Tratando do livro *O Antigo Regime nos trópicos*, seus autores observam:

Na época, tal trabalho surgiu com a pretensão de contribuir para as pesquisas de ponta na área de conhecimento então chamada de história colonial brasileira. Na verdade, pretendia-se ultrapassar – sem negar a sua importância – o debate historiográfico que trata da dependência externa *versus* a excessiva ênfase no caráter único e singular da sociedade colonial-escravista. Para tanto, buscou-se entender a história da América lusa entre os séculos XVI e XVIII, tendo como pano de fundo a dinâmica imperial portuguesa (FRAGOSO e GOUVÊA, 2010, p. 13).

O primeiro conceito, *Império português*, refere-se ao novo contexto no qual se baseiam as novas pesquisas, o que expressa um rompimento com as duas propostas anteriores. Rompe-se, em primeiro lugar, com a historiografia que considerava as questões no interior da relação entre metrópole e colônia e, em segundo lugar, com a proposta de, sem desconsiderar a relação entre metrópole e colônia, a análise ser focada nas estruturas internas da colônia, como o fez Cardoso. O fato de o espaço imperial tornar-se o campo de estudo da nova historiografia brasileira não significa apenas uma ampliação do contexto da análise e sim que

se optou por um novo modo de conceber a história. Como salientam os organizadores do livro *O Antigo Regime nos trópicos*, “(...) trata-se de propor uma nova leitura historiográfica que não se limite a interpretar o ‘Brasil-Colônia’ por meio de suas relações econômicas com a Europa do mercantilismo (...)” (FRAGOSO, BICALHO e GOUVÊA, 2001, p. 21).

Também no prefácio de *Nas Rotas do Império*, assinado pelos organizadores do livro, encontramos uma explicitação do que se pretende com a utilização do conceito de *Império português*. Segundo estes autores, trata-se de uma contraposição à visão centrada na relação metrópole-colônia.

A utilização sistemática do conceito de império, em substituição a uma visão centrada unicamente na relação metrópole-colônia, pode ser considerada uma das principais transformações da historiografia brasileira nos últimos anos. Não se trata, é claro, do simples reconhecimento da existência de um império português, mas sim de sua incorporação efetiva como um dos mecanismos explicativos da realidade colonial.

O próprio conceito, porém, transformou-se. Longe de ser visto como um todo homogêneo comandado por uma poderosa metrópole, o Império português é hoje percebido como um conjunto heterogêneo de possessões ultramarinas, cuja relação com a metrópole variava não só conforme as conjunturas, mas também de acordo com os variados processos históricos que constituíram essas mesmas possessões.

Tais transformações obrigam o pesquisador a uma apreensão mais complexa do que foi esse “mundo português” (FRAGOSO, FLORENTINO, JUCÁ e CAMPOS, 2006, p. 9. Grifos nossos).

Quanto ao segundo conceito utilizado pela nova tendência historiográfica, *Antigo Regime*, os autores explicam que seu objetivo é destacar que as relações sociais travadas no interior do Império português não eram diretamente econômicas, mas, sim, mediadas pela política.

Essas conexões comerciais eram, sem dúvida, atravessadas pela política. Os negócios e mercados imperiais eram submetidos às regras do Antigo Regime; leia-se, entre outras coisas, ao complexo sistema de doações e de mercês régias. A expansão e a conquista de novos territórios permitiram à coroa portuguesa atribuir ofícios e cargos civis e militares, conceder privilégios comerciais a indivíduos e grupos, dispor de novos rendimentos com base nos quais se distribuíam pensões. Tais concessões eram o desdobramento de uma cadeia de poder e de redes de hierarquia que se estendiam desde o reino, propiciando a expansão dos interesses metropolitanos, estabelecendo vínculos estratégicos com os colonos (FRAGOSO, BICALHO e GOUVÊA, 2001, p. 23).

Na introdução do livro *Na trama das redes*, fica explícito que o uso desse conceito corresponde a uma nova forma de pensar a colonização: “Desde 2001, a importância de uma dinâmica imperial – resultado da constante interação entre todas as áreas que compunham o império português no período – na formação da sociedade colonial da América portuguesa tem sido enfatizada” (FRAGOSO e GOUVÊA, 2010, p. 15).

Além de usar esses conceitos, os novos historiadores criticam a historiografia então vigente, corporificada em Caio Prado e Fernando Novais, pelo que denominam de caráter ensaístico. Na entrevista de abertura do livro *A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)*, por exemplo, seus autores afirmam que as pesquisas de base realizadas após a disseminação dos cursos de pós-graduação, iniciada na década de 70, fato que teria levado à efetiva profissionalização dos historiadores, tenderam “(...) a romper com a tradição ensaística da historiografia nacional” (FRAGOSO, FLORENTINO E FARIA, 1998, p. 2). Também na introdução de *Na trama das redes*, seus organizadores observam que o atual debate em torno do Brasil colonial, “(...) ao contrário de outros no passado, não possui tão somente um caráter ensaísta” (FRAGOSO e GOUVÊA, 2010, p. 17).

Ao caráter ensaístico da historiografia brasileira, os novos historiadores contrapõem uma história baseada em uma farta documentação, recolhida em pesquisas feitas em arquivos no Brasil e no exterior. Há mesmo, nos textos dos historiadores da Escola do Rio, uma

insistência em afirmar que suas interpretações encontram-se respaldadas em uma longa e minuciosa investigação arquivística, documental. Por se tratar de pesquisas fundadas em farta documentação, ela não possuiria caráter generalizante, característica atribuída por esses novos historiadores à historiografia praticada até, mais ou menos, a década de 60. Na já mencionada introdução de *Na trama das redes*, na sequência da passagem citada anteriormente, encontramos a seguinte afirmação: “A profissionalização do ofício de historiador fez com que os argumentos e as teses interpretativas estejam mais fundamentados em sólidas pesquisas, empreendidas em diversos arquivos e por meio de diferentes fontes. Além disso, há tempos o historiador dispõe de uma miríade de técnicas e métodos de pesquisa” (FRAGOSO e GOUVÊA, 2010, p. 17).

É verdade que os novos historiadores não se preocupam em fornecer sua definição de ensaio ou explicitar o que entendem por caráter ensaístico da historiografia brasileira. Todavia, por oposição, levando-se em conta a caracterização de sua prática historiográfica, isto é, a menção aos aspectos que definiriam ou caracterizariam a nova historiografia, é possível alcançar uma definição aproximada do que entendem por ensaio ou caráter ensaístico.

A primeira característica, já tratada anteriormente, é que a nova prática historiográfica baseia-se em uma ampla base documental, ao contrário do que fazia a historiografia de então. Esta, segundo os novos historiadores, com base em uma documentação limitada, muitas vezes sem pesquisa em arquivos do Brasil e do exterior, fazia ilações generalizantes. A nova historiografia, além de uma pesquisa documental vasta, justamente por se preocupar em fundar-se em documentos, extrai conclusões locais, evitando dar-lhes um caráter nacional. Assim, à visão generalizante e nacional, ela contrapõe uma concepção de valor local.

A segunda característica, também tratada anteriormente, diz respeito ao campo de estudo. A historiografia vigente considerava seu objeto de análise no interior da relação metrópole-colônia, ao passo que a nova historiografia o considera no interior do Império português. Mercadorias e homens circularam por todo Império e, por conseguinte, seria impossível compreender o Brasil-colônia em seu estreito vínculo com a metrópole.

Consideremos, pois, o caráter ensaístico da historiografia brasileira.

O Ensaísmo Na Historiografia Brasileira

De modo geral, desde as primeiras décadas do século XX, até, pelo menos, a de 60, os estudos sobre a época colonial tinham entre suas principais características não limitar a análise a essa época histórica. Antes, caracterizavam-se por buscar compreender a história do Brasil em seu conjunto. Mais do que isto, eram interpretações cujo objetivo maior era explicar o Brasil da época em que os próprios historiadores viviam. Em suma, entendiam que o presente era explicado pelo passado.

Por conseguinte, de acordo com os autores, era preciso fazer a análise da época colonial para se compreender o Brasil do seu presente. Alguns historiadores consideravam mesmo que era necessário ir além, abarcando a própria história de Portugal. Para entender o Brasil, segundo eles, era preciso estudar as instituições portuguesas que haviam sido transplantadas para o solo brasileiro. Todavia, independentemente disso, todos os historiadores concordavam que era o modo como havíamos nos constituído em colônia que explicava nosso presente.

É verdade que cada um desses historiadores tinha um entendimento particular de colônia e de colonização, mas, para todos eles, esse período era a chave para explicar as vicissitudes do Brasil contemporâneo.

Não é casual, portanto, que seus livros tenham no título termos que indicam esse entendimento: formação, raízes etc. É o caso de *Formação do Brasil contemporâneo* (1942),

de Caio Prado Júnior, *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), e *Formação econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado (1920-2004). Antes dessas obras, em 1911, Oliveira Lima (1867-1928) já havia publicado *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Nelson Werneck Sodré (1911-1999), por sua vez, publicou, em 1944, *Formação da sociedade brasileira* e, em 1962, *Formação histórica do Brasil*. Quando não aparecem no título, esses vocábulos estão no subtítulo, como é o caso de *Casa-grande & senzala*. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal (1933), de Gilberto Freyre (1907-1987) e *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro (1958), de Raymundo Faoro (1925-2003). Quando não se encontram no título ou subtítulo do livro, estes vocábulos aparecem nos títulos dos capítulos, como exemplifica *Populações Meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Vianna (1883-1951). Quando esses vocábulos não aparecem em nenhum destes lugares, o pressuposto dos autores é de que a explicação para o Brasil do presente residiria em seu passado colonial. Dentre essas obras, podemos citar *História econômica do Brasil* (1937), de Roberto Simonsen (1889-1948).

Outra característica que, de um modo geral, singularizava os textos sobre o período colonial é que, menos do que histórias, eles eram ensaios, na medida em que pretendiam assinalar as características peculiares da história do Brasil e suas tendências com relação ao futuro³. Consideremos, pois, as características do ensaio, contrapondo-as às dos livros de história.

Distinção Entre Ensaio E História

Entre o ensaio e o livro de história existem, com efeito, diferenças fundamentais, ainda que ambos tenham por objeto o processo histórico. O ensaio pretende explicar a história em seu conjunto, assinalando suas características principais, sem se deter em aspectos ou momentos particulares. No caso dos ensaios relativos ao processo histórico brasileiro, o pressuposto é de que o passado colonial constitui sua chave explicativa. É verdade que este passado é concebido de diferentes maneiras pelos autores, fato que conduz cada um a interpretar a história do Brasil de seu modo específico, mas, independentemente disso, para a maior parte deles, o presente se explicaria pelo passado, ou seja, a época colonial explicaria o Brasil contemporâneo. Em *Formação*, Caio Prado afirma que a “(...) interpretação do Brasil de hoje (...)” era o que realmente interessava (PRADO JR., 1942, p. 9).

Muitas vezes, o ensaio abarca não apenas o passado e o presente, mas o próprio futuro: com base na linha de desenvolvimento do passado e do presente, seus autores procuram apontar as tendências da história com relação ao futuro.

Ao contrário do ensaio, o livro de história propriamente dito pretende narrar ou descrever um determinado processo histórico verificado no passado. É verdade que, em alguns destes livros, a análise pode chegar até o presente, mas o processo histórico é apresentado de maneira cronológica, passo a passo. Somente ao final do livro é que se tem uma visão abrangente da história.

No ensaio, por seu turno, por meio de um golpe de vista, são assinaladas as características gerais da história de determinado país, oferecendo-se dela uma visão de conjunto. Para tanto, o texto é organizado em torno de uma tese a ser demonstrada, tese essa que, geralmente, é anunciada logo no início.

O livro de história fica preso aos fatos na medida em que considera o processo histórico em sua cronologia. O ensaio, por sua vez, é mais livre. Embora ambos se baseiem em documentos e textos, o livro de história precisa citar os fatos e acontecimentos, mantendo-se rente a eles; já no ensaio, estes são mencionados em poucas oportunidades, apenas para comprovar determinadas afirmações de caráter mais geral e teórico. Sob este aspecto, o ensaio

comporta uma interpretação mais geral dos fatos, não se detendo nas particularidades e nos episódios singulares.

Desse modo, podemos afirmar que, ao passo que o livro de história constitui uma interpretação do passado fundada nos fatos e acontecimentos, o ensaio tem a finalidade de descrever as tendências gerais da história. Como assinalam muitos autores, o objetivo principal do último é expor a linha mestra ou o fio condutor do processo histórico. Em suma, no ensaio formula-se uma filosofia da história.

Assim, geralmente, enquanto o livro de história se preocupa mais com o passado, o ensaio, ainda que também se ocupe dele, tem os olhos postos no presente e no futuro. Na verdade, faz um enlace entre passado, presente e futuro. Este enlace constitui uma das principais características das obras ensaísticas da primeira metade do século XX.

Em suma, os ensaios são obras que abarcam o conjunto da história do Brasil, formulando uma interpretação geral dela.

Em seu livro *Formação da sociedade brasileira*, Sodré deixou patente o que pretendia com esse tipo de texto: “Escrevendo esta *Formação da Sociedade Brasileira* não tive outra intenção que a de oferecer ao leitor comum, dentro das possibilidades de um levantamento tão sumário, uma visão de conjunto de como viveu nosso povo, até os dias que precederam a crise de 1929” (SODRÉ, 1944, p. 5).

Nos moldes em que foi praticado em relação à história do Brasil, o texto ensaístico divide-se, geralmente, em três partes.

A primeira compreende o estudo passado, isto é, da colonização, quando são lançados os fundamentos da história do Brasil. Como salientamos, a maneira como se caracteriza a colonização constitui a base sobre a qual se ergue a interpretação da história do Brasil em seu conjunto. Em outras palavras, é sua pedra de toque.

A segunda examina o presente, a época do autor, explicado, fundamentalmente, pelo passado colonial. Os problemas do presente a ser solucionados são considerados heranças do passado, isto é, apesar das mudanças verificadas ao longo da história, os problemas então criados teriam persistido.

Por fim, a terceira parte trata do futuro, que se desenha como solução para os problemas do presente. Muitas vezes, é verdade, esta parte se encontra subentendida. É o caso de *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado.

Pelo título, percebe-se que seu objetivo era expor como o Brasil contemporâneo, ou seja, o Brasil da sua época, havia se formado ou constituído. Por essa razão, começou seu estudo pela colonização e pelo que ela produziu ao longo de três séculos.⁴

Na parte seguinte, ele assinala que, durante o período compreendido entre a Independência e a data da publicação do livro, o Brasil havia se modificado, explicitando: “O Brasil contemporâneo se define assim: o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio anterior a este e no atual” (PRADO JR., 1942, p. 6). Além disso, adverte que o processo não estava concluído. O futuro seria, por conseguinte, a conclusão desse processo: “Mas este novo processo histórico se dilata, se arrasta até hoje. E ainda não chegou a seu termo” (PRADO JR., 1942, p. 6).

Acreditamos que um dos autores mais expressivos para se entender o caráter ensaístico da produção historiográfica brasileira seja Caio Prado, motivo pelo qual examinaremos, de maneira comparativa, duas de suas principais obras, *Evolução política do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo*.

A Questão Do Ensaio Em Caio Prado Jr.

Em 1942, Caio Prado Júnior publicou *Formação do Brasil contemporâneo*, livro que muitos historiadores e estudiosos consideram o mais importante dos que escreveu. Nele expôs, pela primeira vez, com todos os seus elementos, a interpretação da história do Brasil que o consagrou. Ele nunca alterou ou abandonou esses fundamentos; antes, nos livros e textos seguintes, reafirmou essa interpretação, fazendo dela sua perspectiva no exame do processo histórico brasileiro em seus diferentes momentos.⁵

Ainda que se considere que o livro é dedicado à época colonial, seu autor não se restringiu a analisar esse momento. É verdade que, em sua quase totalidade, o livro diz respeito ao período colonial e que não é por casualidade que seu subtítulo seja “Colônia”. No entanto, o autor não estava interessado direta e unicamente na época colonial. Analisou-a sob o pressuposto de que ela constituía a base da formação do Brasil contemporâneo, o que significa que entendia o período colonial como a chave para se compreender o Brasil da sua época. Em decorrência disso, ainda que em traços bastante rápidos, formulou uma espécie de teoria da história do Brasil, isto é, elaborou uma interpretação do conjunto do processo histórico brasileiro, que abrangia desde os inícios da colonização até a época contemporânea. Essa teoria encontra-se expressa, como veremos posteriormente em maiores detalhes, no postulado de que a história do Brasil possuía uma linha mestra, portanto, explicativa, que se configurava na transição de uma economia colonial para uma economia nacional.⁶

A historiografia brasileira não tem levado em conta este aspecto de *Formação*. Prendeu-se apenas à formulação de Caio Prado acerca da colonização, fazendo dele uma espécie de historiador da época colonial. Isolando essa formulação, desvinculou-a da questão maior de que fazia parte, ou seja, da própria interpretação da história do Brasil em seu conjunto. Nada mais incorreto do que transformar Caio Prado em uma espécie de historiador da colonização. A rigor, seu entendimento de colonização somente adquire significado se considerado como parte da sua interpretação da história do Brasil em seu conjunto, na medida mesmo em que esta é uma espécie de desdobramento e consequência desse entendimento.

Exatamente por conter uma teoria da história do Brasil, o livro *Formação* deve ser considerado um ensaio e não um livro de história. É verdade que muitos estudiosos, baseando-se inclusive no próprio autor, caracterizaram *Formação* como um livro de história, ao passo que *Evolução política do Brasil*, obra de 1933, é considerada um ensaio. O próprio autor dá ensejo a essa caracterização ao definir, no prefácio de *Evolução*, a obra como um “simples ensaio”, entendendo por isto uma “síntese da evolução política do Brasil”. Para elaborar esta síntese, como indicou Caio Prado, escolheu, dentre os inúmeros fatos que comporiam a história do Brasil, a resultante média deles, “a linha mestre em torno de que se agrupa[ria]m estes fatos”. Alertou, inclusive, para os inconvenientes desse procedimento, destacando que eles não existiriam caso “se tratasse de uma história e não de uma síntese” (PRADO JR., 1933, p. 7). Assim, Caio Prado caracterizou *Evolução* como uma síntese, na qual procurou apresentar apenas os elementos essenciais que permitiriam ao leitor compreender o processo histórico brasileiro, desde a colonização até a proclamação da República. A nosso ver, no entanto, *Evolução* seria mais uma interpretação da história do Brasil, dada em seus traços mais gerais, uma espécie de síntese da história do Brasil, do que propriamente um ensaio.

Uma comparação entre *Evolução* e *Formação* deixa isto claro. Em *Evolução*, Caio Prado analisou o processo histórico brasileiro. Dividiu, por exemplo, a época colonial em duas fases. Na primeira, que vai dos primórdios da colonização até a segunda metade do século XVII, entre os interesses coloniais e metropolitanos havia uma concordância e os grandes proprietários de terra dominavam econômica e politicamente. A partir de então, com a ascensão dos comerciantes, que se tornaram a classe dominante tanto econômica quanto politicamente, verifica-se uma diferenciação de interesses. Em *Formação*, ainda que seja um livro dedicado inteiramente à época colonial, ao contrário de *Evolução*, em cuja primeira

edição o estudo vai até a proclamação da República, a economia e sociedade foram analisadas em seus aspectos gerais, sem considerar o processo histórico em suas particularidades. Aliás, como destaca o autor, ele centrou sua análise no período compreendido entre finais do século XVIII e início do XIX. De seu ponto de vista, esse foi um momento privilegiado, pois, a um só tempo, permitia, de um lado, olhar para o passado e ver o que foi a colonização e, de outro, olhar para o processo que teve início naquele momento e que ainda se desenrolaria à época da publicação do livro.

Consideremos, pois, *Formação*, para entender as razões pelas quais entendemos tratar-se de um ensaio.

Para Caio Prado, a colonização caracterizava-se por ser uma produção voltada para o mercado externo. Segundo ele, esta característica ainda predominava em sua época, estando na base dos problemas que os brasileiros enfrentavam então. Esses problemas eram, portanto, aqueles que derivavam da maneira como a colonização do Brasil havia se processado, já que seus caracteres ainda estavam presentes na economia brasileira do século XX. De seu ponto de vista, a grande questão política era superar o caráter colonial da economia brasileira por meio do estabelecimento de uma economia nacional, processo que estaria em andamento: “Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional” (PRADO JR., 1942, p. 7). Ele próprio caracterizou esse processo como “linha mestra” do processo histórico.

O estabelecimento da economia nacional constituía, portanto, uma tendência que vinha se desenvolvendo desde o início do século XIX, mas que somente em meados do século seguinte se colocara como uma questão passível de solução. Estávamos, em sua opinião, à época da publicação de *Formação*, atravessando a última etapa da transição da economia colonial para a economia nacional, processo que exigia uma intervenção política para se completar. Desse modo, a economia nacional seria o futuro do Brasil.

Devemos, antes de tudo, atentar para um fato importante. Podemos supor que a forma como a colonização é compreendida determina uma explicação do presente. Entretanto, ainda que nestes ensaios a questão tenha aparecido desta maneira, é o oposto que, de fato, ocorre. Não é a interpretação do passado que condiciona o modo de conceber o presente e sim o posicionamento político dos autores diante das questões da sua época, ou seja, do presente, que os leva a conceber o passado, no caso, a colonização, de determinada maneira. Desse modo, é a “solução” que os historiadores dão às questões do presente que orienta o modo pelo qual eles consideram o passado. Como bem observou o historiador francês François Guizot (2008, p. 56), o passado muda com o presente. Com isso, Guizot pretendia assinalar que o passado é encarado de acordo com as questões do presente. É o historiador, homem do seu tempo, com suas opções políticas, com sua visão de mundo, que, munido de questões colocadas por sua época, se volta para o passado e o analisa do ângulo dessas questões.

Duas constatações devem ser feitas. Primeiro: alterando-se as questões do presente, surgindo outras, o modo de compreender o passado também se altera. Segundo: cada autor, colocando-se diante das questões do seu tempo de uma maneira determinada, considera, necessariamente, o passado de um modo próprio, em consonância com seu posicionamento político. Daí deriva o fato de, em uma mesma época, existirem várias concepções distintas do passado colonial.

Entretanto, independentemente do modo particular como estes autores se posicionam diante das questões de sua época e interpretam a época colonial, eles possuem algo que lhes é comum. É exatamente este ponto em comum que os leva a elaborar seus livros na forma de ensaio. Caio Prado não foge à regra.

O Ensaio Como Posicionamento Político

Até os anos 60 do século XX, mais ou menos, os historiadores tinham em comum enfrentar uma questão fundamental da época: o socialismo como uma alternativa ao capitalismo e o marxismo como doutrina política. Ainda que muitos se colocassem na condição de socialistas, comunistas ou marxistas, houve, por parte deles mesmo, uma grande oposição a essa alternativa, explícita ou implicitamente, direta ou indiretamente.

O ensaio foi a forma adotada para combater o socialismo e o marxismo. Com efeito, diante da formulação que apontava o socialismo como o futuro da sociedade, isto é, como a forma de superação do capitalismo, os autores precisavam defender a tese de que a história do Brasil não caminhava nessa direção e o fizeram de diferentes maneiras. No entanto, qualquer que fosse essa maneira, para atingir o objetivo de combatê-lo, negando-o ou protelando-o para um futuro distante, já que algumas etapas intermediárias precisavam ser atravessadas, eles precisavam elaborar uma apreciação geral da história do Brasil - ou uma interpretação dela - que abarcasse passado, presente e futuro. Os teóricos do Partido Comunista e Caio Prado, por exemplo, representam muito bem esta tendência. Para o Partido, uma revolução democrático-burguesa, da qual faria parte a reforma agrária, seria a forma de liberar o capitalismo no Brasil de supostos entraves feudais ou semif feudais para que este se desenvolvesse, tornando possível, então, lutar pelo socialismo. Para Caio Prado, a tarefa política da atualidade era lutar para estabelecer a economia nacional, completando a transformação que estaria se desenrolando desde primórdios do século XIX.

O principal argumento desses autores eram as particularidades da história brasileira. Eles afirmavam que as formulações que serviam para a Europa não eram adequadas ao Brasil justamente porque este possuía uma história que se diferenciava completamente da europeia. De certa maneira, o argumento é válido: a história de cada país tem particularidades que o distinguem dos demais. No entanto, tal raciocínio servia apenas para justificar uma interpretação da história; sob o pretexto de se fundar em tais particularidades, introduzia-se uma visão que se opunha frontalmente a qualquer mudança ou, no mais das vezes, fundamentava uma concepção reformista ou etapista da história. Não se negava diretamente o socialismo, mas afirmava-se que o mesmo era algo a que se chegaria num futuro não muito próximo: era preciso antes disso percorrer algumas etapas ou proceder a algumas reformas na sociedade.

A forma ensaística da historiografia brasileira deriva, assim, de um posicionamento político por parte dos historiadores. Ela é a forma própria dessa posição política contrária ao socialismo e ao marxismo. É, sob este aspecto, a forma própria de expressar este posicionamento político. Consideremos o caso de Caio Prado para melhor ilustrar isto.

Caio Prado Jr. elaborou um ensaio justamente com o objetivo de oferecer uma interpretação da história brasileira que se contrapusesse à formulação de que o socialismo constituiria o futuro do país, ao menos o futuro imediato. Por isso, ele produziu uma interpretação da história do Brasil que postulava que o traço distintivo do processo histórico brasileiro era a constituição de uma economia nacional. Economia colonial/produção voltada para o mercado externo e economia nacional/produção voltada para o mercado interno eram os dois polos entre os quais teria se movido a história do Brasil. Como ele destacou, a transformação da economia colonial em economia nacional era o fio condutor ou a linha mestra da história do Brasil.

O corolário desta formulação era que, nas condições existentes no Brasil, a proposta de socialismo era prematura. Caio Prado afirmou isto em algumas poucas oportunidades, é verdade, mas o suficiente para que se perceba que isto se encontrava no centro das suas formulações. Também é verdade que, se este autor não afirmou isto aberta e explicitamente com frequência, o fez na prática, ao indicar que a evolução histórica do Brasil e as transformações por que passava o conduziam em direção ao estabelecimento de uma

economia nacional. Para ele, a tarefa política dos brasileiros era lutar para que este processo se completasse.

Caio Prado explicitou em *Diretrizes para uma política econômica brasileira* a essência da sua obra, ao afirmar:

Supor por exemplo que seja possível no Brasil e nas circunstâncias atuais um regime socialista, com a entrega a órgãos estatais da responsabilidade pela direção e manejo total das forças produtivas do país, é, se não fantasia de visionário, certamente maneira disfarçada de entravar as reformas que desde já se impõem e que não precisam aguardar um socialismo ainda irrealizável (PRADO JR., 1954, p. 235-236).

Um pouco mais adiante da passagem citada, ele afirmou: “Essas forças não são ainda ou não são sobretudo as do socialismo que começa apenas a esboçar-se entre nós e precisará aguardar ainda, para amadurecer, um largo processo das forças produtivas que não será possível sem a preliminar destruição do sistema colonial” (PRADO JR., 1954, p. 236).

Podem-se observar nesses trechos as duas questões anteriormente assinaladas. Primeiro, a oposição ao socialismo, considerado como uma proposta prematura nas condições do Brasil. Segundo, esta oposição não era frontal, mas o postergava para o futuro, com base na ideia de que seria preciso superar certas etapas para, então, lutar pelo socialismo.

Por fim, já mencionamos que o caráter ensaístico da historiografia brasileira aparece com mais intensidade na primeira metade do século XX. Com efeito, aos poucos, este caráter ensaístico perdeu força, o que aparece claramente no livro *Formação histórica do Brasil*, publicado por Sodré no início da década de 60. Sodré acompanhou, em linhas gerais, o processo histórico brasileiro, tratando de seus temas maiores. No entanto, ao destacar as particularidades da história brasileira, ao indicar que existiriam etapas a serem transpostas antes de se colocar a questão do socialismo, ele manteve uma característica dos ensaios (SODRÉ, 1962).

Conclusão

Ao longo do texto procuramos chamar a atenção para o fato de os historiadores brasileiros do século XX, até, mais ou menos, a década de 60, terem optado pelo ensaio, o que se devia, de modo geral, ao objetivo político que tinham em mente e à tese que pretendiam defender.

O ensaio pressupõe uma tese, em torno da qual se elabora a interpretação da história do Brasil. Menos do que fazer uma interpretação da história do Brasil com base em documentos, os historiadores pretendiam defender a tese de que a história do Brasil não caminhava na direção do socialismo ou que o socialismo não constituía uma alternativa válida para as condições do país. Era preciso demonstrar que nossa história possuía determinadas características que a afastavam do modelo proposto por aqueles que defendiam a solução socialista.

Ao iniciar este texto, mencionamos que ele é motivado pela crítica feita pela Escola do Rio à historiografia brasileira. Chamamos a atenção, também, para o fato de que está em questão a superação dessa historiografia e que, para isso, a mencionada escola vem lhe contrapondo estudos fundados em uma ampla e farta documentação, sem fazer generalizações e, principalmente, assinalando que, com a organização da pós-graduação, vem ocorrendo uma profissionalização dos historiadores, com métodos e fundamentação teórica que superariam o “amadorismo” que até então teria dominado a prática historiográfica. Os novos historiadores não afirmam explicitamente isto, mas o fazem implicitamente ao destacar a profissionalização do historiador inerente à disseminação dos cursos de pós-graduação.

Concluimos que esta crítica, em última análise, despolitiza a questão, trazendo o debate para o campo acadêmico. De nosso ponto de vista, a superação da historiografia até

então dominante somente pode ser feita com base na compreensão do papel político que ela desempenhou ao longo do século XX.

Concluimos, também, que a lamentação contra os historiadores atuais, por serem contra os ensaios macrointerpretativos e preferirem monografias técnicas, pontuais e específicas, apenas revela uma incompreensão do papel político desempenhado pela historiografia brasileira de grande parte do século XX.⁷ De fato, derrotado o socialismo, a historiografia brasileira não precisa manter seu caráter ensaístico.

Referências

AXT, Günter e SCHÜLER, Fernando (orgs.). *Intérpretes do Brasil*. Ensaios de cultura e identidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

CARDOSO, Ciro. *O trabalho na América Latina colonial*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Reflexões conclusivas: uma sociedade, não um mero quintal da Europa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana (org.). *Escravidão e abolição no Brasil*. Novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. O trabalho na colônia. In: LINHARES, Maria Yedda (orga.). *História geral do Brasil*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura*. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840. 4ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo & FARIA, Sheila de Castro. *A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)*. 3ª edição. São Paulo: Atual, 1998.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana (orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes*. Política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GUIZOT, François. *A história das origens do governo representativo na Europa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

MENDES, Claudinei Magno Magre. *Política e história em Caio Prado Júnior*. São Luís: UEMA, 2008.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. 17ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Urupês, 1954.

_____. *Evolução política do Brasil. Evolução política do Brasil*. Ensaio de interpretação materialista da história brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP; FAPESP, Ed. 34, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

_____. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

¹ Para um estudo mais detalhado desta questão, ver os seguintes textos: (CARDOSO, 1985; 1987; 1988; 1990).

² A tese de Fragoso foi defendida em finais de 1990; a de Florentino foi defendida em 1991. Além destes livros, ver FRAGOSO e FLORENTINO (2001).

³ Como livro de história estamos nos referindo à obra de Varnhagen, ainda no século XIX, e à dos autores que, no século XX, mantiveram as principais características do autor de *História geral do Brasil*: Hélio Vianna, Rocha Pombo e Pedro Calmon, entre outros. Capistrano de Abreu, por seu turno, elaborou uma história valorizando mais a interpretação do que a exposição dos fatos. Sua obra pode ser considerada uma espécie de intermediária entre a história e o ensaio.

⁴ Acreditamos, mesmo, que este tenha sido o principal motivo que levou Caio Prado a abandonar o projeto - iniciado com *Formação* -, de, na sequência, escrever outros livros, abarcando a época imperial e a republicana. De certa maneira, em *Formação*, Caio Prado apresentou, em linhas gerais, a interpretação geral da história do Brasil. Também é verdade que este autor, mais ou menos, realizou este projeto com *História econômica do Brasil*, no qual, com base nas linhas gerais traçadas em *Formação*, ele analisou a história do Brasil até a Revolução de 30. Posteriormente, publicou outras edições em que acrescentou capítulos atualizando a obra, sempre mantendo a linha geral da sua interpretação da história do Brasil.

⁵ Para um estudo da obra de Caio Prado, ver Mendes (2008).

⁶ Ainda que Caio Prado tenha deixado claro o que entendia por economia colonial e economia nacional, a historiografia deu ao segundo conceito um significado que não se encontra nos textos do autor. Por economia colonial, Caio Prado entendia uma produção voltada para o mercado exterior, para o atendimento de necessidades alheias; definia economia nacional como a produção voltada para o mercado interno, para o atendimento das necessidades da população nela envolvida (PRADO JR., 1942, p. 25-26; PRADO JR., 1954, p. 160-161). Para o entendimento de economia nacional como nação, vide (RICUPERO, 2000, p. 160 e seguintes).

⁷ “De fato, a tradição ensaística brasileira, tão vigorosa até o final da primeira metade do século 20, tendeu a entrar em declínio à medida que se profissionalizava o ofício do historiador, na esteira da difusão dos cursos de pós-graduação em nossas universidades. A historiografia elaborada na contemporaneidade tende a produzir menos esforços de síntese do processo histórico nacional, pretendendo-se mais monográfica, mais atenta ao tratamento das fontes e às questões de método. O nosso formalismo acadêmico de hoje nos proporciona mais confiança na cientificidade do nosso ofício, mas talvez tenhamos perdido um pouco daquela irreverência criativa que produziu interpretações do Brasil associadas a projetos de nação” (AXT e SCHÜLER, 2004, p. 13).